



Simulado Especial

Câmara Dos Deputados

Técnico Legislativo

Policial Legislativo Federal

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **Câmara dos Deputados**, cargo de **Técnico Legislativo - Policial Legislativo Federal**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/4rjiNBox1g1PGQBs5>

01 - CE	21 - CE	41 - CE	61 - CE	81 - CE	101 - CE	121 - CE	141 - CE	161 - CE
02 - CE	22 - CE	42 - CE	62 - CE	82 - CE	102 - CE	122 - CE	142 - CE	162 - CE
03 - CE	23 - CE	43 - CE	63 - CE	83 - CE	103 - CE	123 - CE	143 - CE	163 - CE
04 - CE	24 - CE	44 - CE	64 - CE	84 - CE	104 - CE	124 - CE	144 - CE	164 - CE
05 - CE	25 - CE	45 - CE	65 - CE	85 - CE	105 - CE	125 - CE	145 - CE	165 - CE
06 - CE	26 - CE	46 - CE	66 - CE	86 - CE	106 - CE	126 - CE	146 - CE	166 - CE
07 - CE	27 - CE	47 - CE	67 - CE	87 - CE	107 - CE	127 - CE	147 - CE	167 - CE
08 - CE	28 - CE	48 - CE	68 - CE	88 - CE	108 - CE	128 - CE	148 - CE	168 - CE
09 - CE	29 - CE	49 - CE	69 - CE	89 - CE	109 - CE	129 - CE	149 - CE	169 - CE
10 - CE	30 - CE	50 - CE	70 - CE	90 - CE	110 - CE	130 - CE	150 - CE	170 - CE
11 - CE	31 - CE	51 - CE	71 - CE	91 - CE	111 - CE	131 - CE	151 - CE	171 - CE
12 - CE	32 - CE	52 - CE	72 - CE	92 - CE	112 - CE	132 - CE	152 - CE	172 - CE
13 - CE	33 - CE	53 - CE	73 - CE	93 - CE	113 - CE	133 - CE	153 - CE	173 - CE
14 - CE	34 - CE	54 - CE	74 - CE	94 - CE	114 - CE	134 - CE	154 - CE	174 - CE
15 - CE	35 - CE	55 - CE	75 - CE	95 - CE	115 - CE	135 - CE	155 - CE	175 - CE
16 - CE	36 - CE	56 - CE	76 - CE	96 - CE	116 - CE	136 - CE	156 - CE	176 - CE
17 - CE	37 - CE	57 - CE	77 - CE	97 - CE	117 - CE	137 - CE	157 - CE	177 - CE
18 - CE	38 - CE	58 - CE	78 - CE	98 - CE	118 - CE	138 - CE	158 - CE	178 - CE
19 - CE	39 - CE	59 - CE	79 - CE	99 - CE	119 - CE	139 - CE	159 - CE	179 - CE
20 - CE	40 - CE	60 - CE	80 - CE	100 - CE	120 - CE	140 - CE	160 - CE	180 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/nFJs>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO****A vida não é uma linha reta**

A maioria de nós tem medo de se desestruturar. Estamos sempre fazendo força para manter a imagem que construímos sobre nós mesmos. Mas em algum momento, acontece. Às vezes é a vida que nos derruba, noutras a morte. Às vezes é um relacionamento, noutras o fim dele. Às vezes até algo muito bom nos quebra. O fato é que, não sei bem por que, nem como isso ocorre, mas temos uma fantasia de que a vida se desenvolve, ou pelo menos deveria, de modo linear. Como se partíssemos de um ponto X e devêssemos alcançar Y, como se viver fosse percorrer uma linha reta com início, meio e fim. E, de preferência, o fim precisa ser o lugar de descanso e recompensa. A vida não é uma linha reta. Talvez a culpa seja de Descartes. Talvez porque pensar assim nos ajuda a controlar o medo que temos de descobrir que não temos controle sobre isso.

Às vezes alguns encontros nos desestruturam. E temos uma tendência a achar que a ideia de desestruturar-se assemelhasse a uma catástrofe. Como se, de repente, todo aquele andaime capenga que fazemos de nós mesmos para viver e conviver em sociedade ruísse. Quebrassemos. Ficamos quebrados, vulneráveis e visíveis para nós mesmos e para o outro. Mas olhar para este momento, deste único ponto de vista, me parece um jeito pequeno de ver a coisa toda. Até porque toda estrutura é uma espécie de prisão. Desestruturar-se é também liberdade.

De quando em quando precisamos quebrar. Desestruturar-se é dar-se conta de que aquela estrutura que vínhamos mantendo tornou-se insuportável. E, mesmo que não entendamos o porquê. Mas aí, vivemos num contexto familiar e social que tenta a todo custo fazer com que a gente volte para a estrutura de antes. Voltar para o rumo. Voltar a ter prumo. A gente mesmo tenta isso, voltar para a forma antiga, que já não serve mais, feito uma roupa que ficou pequena. Nos automedicamos, rezamos, juramos que tudo vai ser como

antes e fazemos inúmeras tentativas de nos reencaixar naquilo que não cabemos mais.

Desestruturar-se é o desafio da mudança. Do jeito que estava não dá mais. É claro que é amedrontador, afinal, não há garantia alguma. Mas é compreender que não existe um único modo de viver. A gente se descobre diferente, mais solto de amarras, menos preso em padrões. Descobrir quem se é é muito assustador, porque estamos tão acostumados a ser como os outros querem que sejamos, que, quando conseguimos ser quem somos, nem nós mesmos nos reconhecemos. Descobrimos que somos outro, outra. E isso desestrutura o sistema todo.

Adriana Antunes - GZH (adaptado).

Julgue o item que se segue, com base nas ideias, nos aspectos linguísticos e no vocabulário do texto precedente.

1. O texto parte da constatação de que a maioria das pessoas teme se desestruturar, mas reconhece que isso é inevitável em algum momento da vida.
2. A autora sustenta que a ideia de que a vida deveria seguir um caminho linear é uma construção decorrente da necessidade humana de criar uma sensação de controle diante da imprevisibilidade da existência.
3. Infere-se do texto que a desestruturação ocorre exclusivamente em decorrência de experiências negativas, como perdas e fracassos.
4. Ao afirmar que “toda estrutura é uma espécie de prisão”, a autora sugere que a manutenção de uma identidade estável e coerente pode limitar as possibilidades de transformação do indivíduo.
5. O texto sustenta que a desestruturação é um fenômeno raro e excepcional na experiência humana.

6. A autora critica implicitamente a tendência humana de interpretar a ruptura pessoal exclusivamente como fracasso ou perda.
7. Ao empregar a metáfora do “andaime capenga”, a autora sugere que a identidade pessoal é sustentada por estruturas frágeis e provisórias.
8. O texto afirma que o processo de mudança pessoal ocorre de forma gradual e previsível.
9. Infere-se do texto que o contexto social estimula o indivíduo a romper com estruturas previamente estabelecidas.
10. A afirmação “A vida não é uma linha reta”, presente no primeiro parágrafo, constitui a tese central do texto, sendo posteriormente desenvolvida e justificada ao longo dos parágrafos seguintes por meio de reflexões e exemplos.
11. A tipologia predominante no texto é narrativa, pois a autora relata acontecimentos específicos que vivenciou ao longo de sua trajetória pessoal.
- Julgue o item que se segue, com base nas ideias, nos aspectos linguísticos e no vocabulário do texto precedente.**
12. No trecho “A maioria de nós tem medo de se desestruturar”, a forma verbal “tem” está incorreta, devendo o verbo ir para o plural (“têm”), para concordar com “nós”.
13. O trecho “Nos automedicamos, rezamos, juramos que tudo vai ser como antes” poderia ser reescrito, sem prejuízo gramatical, da seguinte forma: “Automedicamo-nos, rezamos, juramos que tudo vai ser como antes”, de modo a evitar a próclise em início de oração.
14. No trecho “voltar a ter prumo”, o uso do acento indicativo de crase seria obrigatório.
15. No trecho “Descobrir quem se é é muito assustador”, há uma oração reduzida.
16. No trecho “estrutura que vínhamos mantendo”, o vocábulo “que” recebe a classificação morfossintática de conjunção integrante.
17. No trecho “A vida não é uma linha reta”, o termo “uma linha reta” exerce função de predicativo do sujeito.
18. No trecho “Mas em algum momento acontece”, o vocábulo “mas” estabelece uma relação de oposição com a ideia anterior.
19. No trecho “Mas olhar para este momento, deste único ponto de vista, me parece um jeito pequeno de ver a coisa toda” (2º parágrafo), o pronome demonstrativo “este” faz referência a um elemento que será mencionado posteriormente no texto.
20. No trecho “como se viver fosse percorrer uma linha reta”, o emprego da forma “fosse” indica valor hipotético, irreal ou imaginário.

LÍNGUA INGLESA*Adolfo Sá*

It's 2023, I'm 41, living in Argentina and battling the frustration and disempowerment of learning a new language at this age, longing for my elastic 11-year-old brain over this husked-out mush. I'm also wishing, for the umpteenth time, that I was taught Spanish instead of French at school.

Not to throw shade on French: it's [a beautiful language](#), and I studied it until my first year at university. I even worked in Nice for three summers. But Spanish would have really set me up for life – and that is even more true for today's students. Yet we are still teaching far more of our youngest students French than Spanish. It's outdated. Partly, it's a simple numbers game. Spanish is the world's [second-most-spoken first language](#) – 484 million speakers. French is 22nd, with just 74 million native speakers. Spanish wipes the floor with French for overall speakers, too.

Logically, we should teach French to half as many students of compulsory schooling age as we do Spanish, which would come close to matching the proportion of speakers of each worldwide. We are nowhere near those numbers yet – meaning we are failing to best prepare our students for modern-world realities.

The numbers alone, though, haven't persuaded those responsible for Britain's education system to change the curriculum at anything more than a glacial pace. As of 2025, [French was offered in about 70% of England's primary schools, with Spanish in just 26%](#). French is the [most offered](#) language at key stage 3 (ages 11-14). It is also dominant at GCSE level: last year, [90% of schools offered French to GCSE, while 76% offered Spanish](#).

The interesting trend is what students are choosing. In August last year, Spanish [became the most popular language](#) GCSE in England for the first time, with more than 136,000 entries. French was still just behind with just under 133,000 entries. It suggests pupils are ahead of education

professionals with their thinking. It's a trend we should rapidly accelerate. Imagine how much higher that Spanish GCSE entry rate could have been if at least an equal number of schools offered Spanish as French.

Prominent language-learning experts agree that the younger you begin, the better. A developmental psychology lecturer, Dr Eleonore Smalle, recently [told](#) the UN that learning a new language becomes harder from about age 12. Before then, children learn language unconsciously: through passive exposure without awareness of what they are learning, but it sticks.

We should tell young people the pros and cons to learning each, and be frank with them about the utility of Spanish. It goes beyond the numbers. In terms of employability, cultural cachet and future exciting post-Brexit travel opportunities as potential "digital nomads", Spanish will serve Britain's students better than French.

<https://www.theguardian.com/commentisfree/2026/feb/10/spanish-coolest-language-education-children-french-bad-bunny-gcse>

21. The author's complaint about learning a new language at 41 is used to frame a broader critique of Britain's language curriculum priorities.
22. Although the author praises French, they argue it no longer provides meaningful life advantages compared with Spanish for today's students.
23. By presenting worldwide speaker numbers, the author implies that curriculum time should be allocated strictly in proportion to global native-speaker populations.
24. The phrase "glacial pace" indicates that curriculum change has been occurring rapidly, despite some resistance.

25. The author argues that the disparity between French and Spanish offerings in primary schools shows that the education system is not optimally preparing students for contemporary realities.
26. When the author says "We should tell young people the pros and cons", they advocate removing choice from students and mandating Spanish over French.
27. In the sentence "The numbers alone, though, haven't persuaded those responsible for Britain's education system ", **THOUGH** could be replaced by **THEREFORE**, without changing the meaning of the sentence.
28. In the sentence "Prominent language-learning experts agree that the younger you begin, the better.", the appropriate translation would be "Renomados especialistas em aprendizado de idiomas concordam que você aprende melhor quando mais jovem".
29. According to the text, children younger than 12 learn languages without even noticing.
30. In the sentence "longing for my elastic 11-year-old brain over this husked-out mush.", **LONGING** could be replaced by **CRAVING**, without changing the meaning of the sentence.

RACIOCÍNIO LÓGICO E NOÇÕES DE ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

Texto para os itens 31 a 33.

Em determinado órgão público, foi implantado um sistema eletrônico de triagem. Considere as proposições:

P: "O servidor realizou o curso de capacitação."

Q: "O servidor está habilitado a operar o sistema."

R: "O servidor pode autorizar processos."

A direção estabelece que:

Todo servidor que está habilitado a operar o sistema realizou o curso.

Apenas servidores habilitados podem autorizar processos.

31. A afirmação "Todo servidor que está habilitado a operar o sistema realizou o curso de capacitação" pode ser representada logicamente por $Q \rightarrow P$.

32. A afirmação "Apenas servidores habilitados a operar podem autorizar processos" pode ser representada por $Q \rightarrow R$.

33. Das regras estabelecidas conclui-se que, se um servidor pode autorizar processos, então ele realizou o curso de capacitação.

34. A negação da proposição "Se o relatório foi enviado, então o sistema foi atualizado e o gestor foi notificado" é corretamente expressa por: "O relatório foi enviado e o sistema não foi atualizado e o gestor não foi notificado".

35. A proposição $\neg P \vee Q$ é equivalente a $\neg Q \rightarrow \neg P$.

Texto para os itens 36 e 37.

Em uma pesquisa interna realizada com 200 servidores, verificou-se que:

120 utilizam o sistema A;

90 utilizam o sistema B;

50 utilizam ambos os sistemas.

36. O número de servidores que utilizam pelo menos um dos dois sistemas é igual a 160.

37. O número de servidores que utilizam exclusivamente o sistema A é igual a 120.

38. Uma senha é formada por três letras distintas do alfabeto (26 letras) seguidas de dois algarismos distintos (0 a 9). Sabe-se que as letras devem aparecer em ordem alfabética crescente (por exemplo, ABC é permitido, mas CBA não é), e que os algarismos podem aparecer em qualquer ordem entre si. Nessas condições, o número total de senhas possíveis é igual a $2^4 \cdot 3^2 \cdot 5^3 \cdot 13$.

39. Em uma urna há 4 bolas vermelhas e 6 bolas azuis. Duas bolas são retiradas sucessivamente, sem reposição. Sabe-se que pelo menos uma das bolas retiradas é vermelha. A probabilidade de que ambas sejam vermelhas, sob essa condição, é superior a $\frac{1}{3}$.

Texto para os itens 40 e 41

Considere o conjunto de dados:

5, 7, 8, 10 e 50.

40. A variância populacional desse conjunto é superior a 300.

41. Se a cada elemento desse conjunto for somado o valor 10, então o desvio padrão do novo conjunto será superior ao desvio padrão original.

42. Considere uma variável quantitativa X com média μ e desvio padrão $\sigma > 0$. Após a padronização da variável, obtém-se $Z = \frac{X - \mu}{\sigma}$. Se todos os valores originais de X forem multiplicados por 2 antes da padronização, os valores padronizados permanecerão inalterados.

43. No contexto de testes de hipóteses, o nível de significância corresponde à probabilidade de se rejeitar a hipótese nula quando ela é verdadeira.

44. No conjunto dos números inteiros, a proposição “Para todo número inteiro x , existe um número inteiro y tal que $y > x$ ” é verdadeira.

45. Se uma matriz quadrada de ordem 2 possui determinante diferente de zero, então suas linhas são linearmente dependentes.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

A respeito da intervenção federal e da defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue os itens a seguir.

46. A Constituição Federal garante aos entes federativos autonomia política e administrativa, de modo que a intervenção da União nos estados-membros e no Distrito Federal é, como regra, proibida, admitindo-se apenas nas hipóteses expressamente previstas no próprio texto constitucional.

47. Para a instituição de medidas excepcionais de crise, o Presidente da República somente pode decretar estado de defesa e estado de sítio após autorização prévia do Congresso Nacional.

48. As guardas municipais podem atuar em ações de segurança pública, inclusive com atividades de patrulhamento preventivo, sujeitando-se ao controle externo do Ministério Público; contudo, não lhes é permitido desempenhar funções típicas de polícia judiciária, como a apuração de infrações penais atribuída às polícias civis.

A respeito da organização do Estado e dos Poderes, julgue os itens abaixo.

49. A Constituição Federal atribui à União, aos estados e ao Distrito Federal competência legislativa concorrente para dispor sobre procedimentos em matéria processual.

50. Na competência legislativa concorrente, a atribuição da União para editar normas gerais constitui limitação constitucional destinada a preservar espaço normativo aos estados e ao Distrito Federal, pois tais normas assumem caráter nacional, mais abstrato e diretivo, sem exaurir a disciplina da matéria.

51. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministério Público de Contas não possui legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança com o objetivo de impugnar acórdão proferido pelo tribunal de contas perante o qual atua.

52. A inviolabilidade material assegurada aos membros do Congresso Nacional afasta a responsabilização civil e penal por opiniões, palavras e votos, ainda que a manifestação não guarde relação com o exercício do mandato.

53. A partir da expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, hipótese em que os autos deverão ser encaminhados à respectiva Casa Legislativa, para deliberação sobre a manutenção da prisão.

54. A criação de comissão parlamentar de inquérito no âmbito do Congresso Nacional depende de deliberação por maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, além da indicação de fato determinado e de prazo certo.

55. O veto presidencial constitui instrumento relevante de controle recíproco entre os Poderes, contribuindo para o funcionamento do sistema de freios e contrapesos e para a concretização do princípio da separação dos poderes.

56. Incumbe ao Presidente da República editar atos normativos secundários, inclusive instruções, com a finalidade de viabilizar a fiel execução das leis e dos regulamentos.

57. Entre as garantias constitucionais conferidas à magistratura, incluem-se a vitaliciedade, adquirida no primeiro grau após dois anos de exercício e a inamovibilidade, passível de mitigação por interesse público.

58. O Conselho Nacional de Justiça, integrado por quinze membros, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, pode avocar procedimentos disciplinares em andamento e rever, de ofício ou mediante provocação, processos disciplinares de juízes e de membros de tribunais julgados há menos de um ano, bem como impor sanções administrativas, inclusive remoção e disponibilidade, assegurada a ampla defesa.

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens abaixo.

59. A exigência de prévio arrolamento de bens do devedor, como condição de admissibilidade de recurso administrativo, é compatível com a Constituição Federal.

60. O brasileiro que adquirir outra nacionalidade perde, como regra, a nacionalidade brasileira, admitindo-se exceção quando a lei estrangeira impuser a naturalização como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

LEGISLAÇÃO INTERNA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS*André Alencar*

- 61.** Enquanto mudar temporariamente sua sede é da competência exclusiva do Congresso Nacional e, neste caso, a Câmara dos Deputados também fica vinculada à mudança aprovada pelo Congresso, ou seja, terá sua sede alterada temporariamente, por outro lado, a Câmara poderá reunir-se fora do Palácio do Congresso Nacional, independentemente de aprovação do Congresso, desde que seja por decisão da Mesa, aprovada posteriormente pela maioria absoluta dos Deputados e que haja motivo relevante ou de força maior.
- 62.** A eleição da Mesa para o segundo biênio da legislatura ocorre sempre no dia 1º de fevereiro da terceira sessão legislativa da legislatura, sob a direção da Mesa da sessão anterior, ou seja, da Mesa que presidiu a sessão preparatória anterior.
- 63.** O Deputado que mudar de legenda partidária durante o mandato, mesmo dentro das cláusulas permissivas, ou seja, sem que perca o mandato, perderá automaticamente o cargo que ocupa na Mesa e nas Comissões. Quanto à vaga da Mesa, a depender de quando ocorrer a vacância, é possível que um membro titular da Mesa seja designado para responder pelo cargo.
- 64.** Quanto às lideranças, o regimento estabelece algumas possibilidades, uma delas é que é possível ter um representante para os partidos que não atingiram a cláusula de desempenho. Esse representante terá, por exemplo, o direito de fazer comunicações de liderança apenas uma vez por semana. Já os líderes de partidos que atinjam a cláusula de desempenho, acaso decidam participar de bloco parlamentar, perderão suas prerrogativas, ficando também restritos quanto à comunicação de liderança, apenas uma vez por semana.
- 65.** A Mesa reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por quinzena, o membro que deixar de comparecer, sem justa causa, a cinco reuniões desse tipo, consecutivas, perderá o lugar na Mesa. Entre as competências da Mesa, estão, por exemplo, a de propor, privativamente, à Câmara projeto de resolução dispondo sobre sua organização e sua polícia e requisitar efetivos da polícia civil e militar do Distrito Federal ao Governo local.
- 66.** Na legislatura atual a Câmara dos Deputados mudou seu Regimento Interno em um tema que interessa à dignidade da Casa, a possibilidade de suspensão cautelar de mandato de Deputado Federal que seja submetido a representação por quebra de decoro parlamentar. Pelas novas regras, cabe à Mesa, sem possibilidade de exercício da competência pelo Presidente, *ad referendum*, propor a suspensão cautelar de mandato. A decisão pela suspensão, contudo, cabe somente ao Plenário, por maioria absoluta de votos e em votação ostensiva.
- 67.** São atribuições do Presidente da Câmara, quanto às sessões da Câmara, aplicar censura verbal a Deputado, convidar parlamentar a retirar-se do recinto do Plenário quando este perturbar a ordem e, quanto à sua competência em geral, dirigir, com suprema autoridade, a polícia da Câmara. Ao se conjugar tais competências do Presidente, seria possível, ao Presidente da Câmara, diante de situação de extrema gravidade, determinar a retirada compulsória de um parlamentar do recinto do Plenário.

- 68.** Compete, entre outras, à Ouvidoria Parlamentar propor, quando cabível, a abertura de sindicância ou inquérito destinado a apurar irregularidades de que tenha conhecimento, mas, não cabe a tal órgão encaminhar à Polícia Federal denúncias recebidas que necessitem maiores esclarecimento, devendo tais encaminhamentos serem feitos à Polícia Legislativa Federal - órgão da própria Câmara dos Deputados.
- 69.** As sessões extraordinárias da Câmara podem ser realizadas em sábados, domingos ou feriados. Considerando o andamento de uma sessão extraordinária, é possível ao Presidente da Câmara suspender a sessão por motivo de tumulto grave, desde que a suspensão seja de até uma hora, mas não é possível levantá-la pelo mesmo motivo.
- 70.** O Regimento dispõe que no recinto do Plenário, durante as sessões, só serão admitidos os Deputados e Senadores, os ex-parlamentares, os funcionários da Câmara em serviço local e os jornalistas credenciados. No entanto, o mesmo regimento restringe que apenas Deputados e Senadores podem ter assento no Plenário, ressalvada a hipótese de sessões solenes que admitem o ingresso de convidados à Mesa e no Plenário.
- 71.** Numa sessão de debates às sextas-feiras, iniciando às 9h e sendo finalizada, no máximo, às 14h, não haverá Ordem do Dia e os líderes podem delegar seus tempos de comunicação de liderança aos membros de sua bancada. Para fins de registro de presença, o comparecimento efetivo do Deputado à Casa será registrado, sob responsabilidade da Mesa, mediante lista de presença ou registro eletrônico em postos instalados nas dependências da Casa.
- 72.** O Suplente de Deputado, quando no exercício do mandato em substituição, possui restrições regimentais, não podendo ser eleito para cargos da Mesa, Presidência de Comissões ou para o cargo de Ouvidor-Geral.
- 73.** O Departamento de Polícia Legislativa Federal, embora possua atuação em todo o território nacional para a proteção de bens e interesses da Câmara dos Deputados, possui natureza de unidade administrativa, estando subordinado diretamente à Diretoria-Geral, ainda que sob a suprema direção do Presidente da Casa.
- 74.** No exercício de suas atribuições, os policiais legislativos possuem competência para a realização de inquéritos policiais e termos circunstanciados, desde que o ilícito penal ocorra nas dependências da Câmara dos Deputados, sendo vedada a extensão dessa competência para crimes cometidos em escritórios de representação parlamentar nos estados.
- 75.** O Departamento de Polícia Legislativa Federal detém a atribuição de fiscalizar a entrada e saída de pessoas, bem como a circulação de veículos e materiais nas áreas sob responsabilidade da Câmara, podendo, para tanto, exercer o poder de polícia administrativo para apreensão de objetos que coloquem em risco a segurança institucional.
-

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

Determinado Estado da Federação instituiu o regime celetista para os novos cargos de analista da administração direta. João, aprovado nesse concurso, pretende acumular o novo emprego público com um cargo de professor estadual que já exerce sob o regime estatutário, totalizando uma jornada de 70 horas semanais.

Julgue os itens a seguir, no que diz respeito a agentes públicos, regime jurídico dos servidores federais e lei de processo administrativo.

76. O regime jurídico único (RJU) deixou de ser obrigatório, permitindo que um mesmo ente da Federação institua carreiras estatutárias ou celetistas no âmbito da administração direta.

77. A acumulação pretendida por João, entre um cargo de professor e outro de Analista, é permitida constitucionalmente, desde que haja compatibilidade de horários, uma vez que é possível acumular um cargo de professor com outro de qualquer natureza.

78. Caso exista uma norma estadual que limite a jornada semanal de trabalho a 60 horas, a acumulação de João será considerada ilícita, pois a carga horária de 70 horas ultrapassa o limite máximo permitido pela legislação infraconstitucional, independentemente da compatibilidade de horários no caso concreto.

Determinada autoridade administrativa de um órgão federal recebeu uma correspondência anônima contendo o relato detalhado de uma suposta infração disciplinar cometida por um servidor estável, que estaria utilizando equipamentos da repartição para fins particulares.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

79. A autoridade administrativa, ao receber a mencionada delação anônima, está impedida de promover qualquer tipo de apuração dos fatos, uma vez que as denúncias sobre irregularidades no serviço público somente serão objeto de apuração se contiverem a identificação e o endereço do denunciante.

80. A instauração do procedimento de apuração de irregularidade no serviço público constitui competência vinculada da autoridade que dela tiver ciência, sendo-lhe obrigatória a promoção imediata da apuração, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, admitindo-se o arquivamento por falta de objeto, caso o fato narrado não configure evidente infração disciplinar ou ilícito penal.

81. Os atos administrativos que decidam recursos administrativos ou processos de seleção pública devem ser motivados, com a devida indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.

82. A motivação do ato administrativo deve ser necessariamente autônoma e original, sendo vedada pela legislação a declaração de concordância com fundamentos de pareceres ou decisões anteriores para fins de fundamentação do ato.

O Presidente da República e o diretor de uma empresa pública federal submeteram suas respectivas contas anuais ao sistema de controle externo. Durante o mesmo período, um parlamentar federal, agindo individualmente, solicitou ao Tribunal de Contas da União (TCU) o acesso aos resultados de auditorias operacionais realizadas em determinada autarquia.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

83. Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República e as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades mantidas pelo Poder Público federal.

84. O Tribunal de Contas da União tem o dever de prestar as informações solicitadas individualmente por um parlamentar federal sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre os resultados de auditorias e inspeções realizadas.

Julgue os itens a seguir, no que diz respeito à improbidade administrativa, ao acesso à informação e às licitações públicas.

85. A ação para a aplicação das sanções de improbidade administrativa prescreve em oito anos, sendo que, em se tratando de infrações permanentes, o termo inicial da contagem do prazo é o dia em que cessou a permanência.

86. A instauração de inquérito civil suspende o curso do prazo prescricional pelo período de 365 dias, produzindo efeitos jurídicos exclusivamente em relação ao agente público investigado.

87. Na hipótese em que não for autorizado o acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, deve ser garantido ao interessado o acesso

à parte não sigilosa, o que poderá ser realizado por meio de certidão, extrato ou cópia com a devida ocultação do conteúdo sob sigilo.

88. A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa fica obstada no caso de aprovação definitiva das contas do responsável pelo Tribunal de Contas.

89. O processo de contratação direta, que abrange tanto os casos de inexigibilidade quanto os de dispensa de licitação, deve ser obrigatoriamente instruído com a razão da escolha do contratado e a respectiva justificativa de preço.

90. A extinção do contrato administrativo atua como impedimento para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, sendo vedada a concessão de indenização após o encerramento da vigência contratual.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

INFORMÁTICA E DADOS

Emannuelle Gouveia

91. O Windows permite a criação de múltiplas contas de usuário com diferentes níveis de permissão, possibilitando que administradores instalem softwares e alterem configurações do sistema, enquanto usuários padrão possuem acesso restrito a essas ações.

92. O sistema operacional Windows executa todos os programas em modo de núcleo (kernel mode), sem separação entre processos do usuário e componentes críticos do sistema, o que maximiza o desempenho e reduz riscos de falhas.

- 93.** O Android e o iOS são sistemas operacionais móveis que utilizam modelos distintos de gerenciamento de aplicativos: enquanto o Android permite maior flexibilidade na instalação de apps a partir de múltiplas fontes, o iOS adota um ecossistema mais controlado, com distribuição prioritariamente pela App Store para reforçar a segurança.
- 94.** Os navegadores de Internet modernos permitem o uso de extensões, navegação por abas, sincronização de favoritos e histórico entre dispositivos, além de oferecerem modo de navegação privada que não armazena dados locais de sessão no dispositivo após o encerramento da janela.
- 95.** Os serviços de webmail exigem obrigatoriamente a instalação de um cliente de e-mail dedicado no computador do usuário para envio e recebimento de mensagens, diferentemente das ferramentas de produtividade baseadas em nuvem.
- 96.** Uma rede local (LAN) é caracterizada por abranger uma área geográfica restrita, como uma residência, escola ou empresa, permitindo altas taxas de transmissão de dados e controle administrativo direto dos recursos de rede.
- 97.** A Intranet corresponde a uma rede pública global acessível a qualquer usuário conectado, enquanto a Internet é uma rede privada restrita ao uso interno de organizações.
- 98.** Na arquitetura TCP/IP, o modelo é composto por quatro camadas — aplicação, transporte, internet e acesso à rede — sendo que o protocolo IP opera na camada de transporte, enquanto o TCP atua na camada de internet para garantir o roteamento entre redes distintas.
- 99.** Worms dependem obrigatoriamente da ação direta do usuário para se propagar, como a execução de um arquivo anexado, enquanto vírus se espalham automaticamente pela rede sem necessidade de interação.
- 100.** O uso responsável dos recursos de TI inclui a obrigação de proteger credenciais de acesso, evitar o compartilhamento de senhas, reportar incidentes suspeitos e não instalar softwares não autorizados, pois tais práticas reduzem riscos de infecção por malware e exploração de vulnerabilidades.
- 101.** Em bancos de dados relacionais, os dados estruturados são organizados em tabelas com esquemas definidos, utilizando chaves primárias para identificar registros de forma única e chaves estrangeiras para estabelecer relacionamentos entre entidades, enquanto dados não estruturados, como textos livres e arquivos multimídia, normalmente não se adequam a esse modelo tabular rígido.
- 102.** A mineração de dados consiste no processo de analisar grandes volumes de dados com o objetivo de identificar padrões, correlações e tendências relevantes, utilizando técnicas de aprendizado de máquina e estatística para apoiar a tomada de decisão e a descoberta de conhecimento.
- 103.** Big Data refere-se ao conjunto de tecnologias e práticas voltadas ao processamento de volumes inexpressivos de dados que se caracterizam principalmente pela baixa quantidade, diversidade de formatos e velocidade de geração, permitindo análises avançadas e aplicações como previsão de comportamentos, detecção de fraudes e otimização de processos.
-

104. A Inteligência Artificial Generativa caracteriza-se pela capacidade de criar novos conteúdos, como textos, imagens, áudios ou códigos, a partir de padrões aprendidos em grandes volumes de dados, utilizando modelos treinados para gerar saídas probabilísticas coerentes e contextualizadas.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

105. Acerca dos princípios e da aplicação da lei penal, julgue o item seguinte:

Considere que o Presidente da República edite Medida Provisória criando um novo tipo penal para punir mais severamente invasões ao Congresso Nacional. Nesse caso, se tal medida for convertida em lei pelo Poder Legislativo no prazo constitucional, a norma poderá retroagir para alcançar fatos praticados entre a edição da MP e sua conversão.

106. Acerca da aplicação da lei penal no espaço, julgue o item seguinte:

Na hipótese de um funcionário público, em serviço oficial de escolta de um Deputado Federal no exterior, vir a subtrair um bem público, valendo-se das facilidades do cargo, será aplicável a lei penal brasileira, independentemente de o agente ser absolvido ou condenado no país onde o crime ocorreu.

107. Acerca do concurso de pessoas, julgue o item seguinte:

Apesar de o Código Penal prever a comunicabilidade das condições e circunstâncias de caráter pessoal quando estas constituem elementares do crime, a responsabilização do extraneus por delito funcional pressupõe o conhecimento quanto à condição de funcionário público do comparsa, de modo que o desconhecimento de tal qualidade pessoal impede a comunicabilidade da condição.

108. Acerca dos crimes contra o patrimônio, julgue o item seguinte:

Considere que um indivíduo, após subtrair um projetor de uma sala de comissões, seja interceptado por um Policial Legislativo no corredor. Para assegurar a detenção da coisa, o agente aponta um simulacro de arma de fogo fidedigno, intimidando o policial e conseguindo fugir.

Nessa situação, o agente responderá por roubo impróprio, majorado pelo emprego de arma de fogo.

109. Acerca da culpabilidade, julgue o item seguinte:

Diferentemente da embriaguez voluntária ou culposa, que não exclui a imputabilidade penal por força da aplicação da teoria da *actio libera in causa*, a ebriedade completa decorrente de caso fortuito ou força maior funciona como causa dirimente, isentando o agente de pena desde que a intoxicação tenha retirado, ao tempo da conduta, sua inteira capacidade de compreensão da ilicitude ou de autodeterminação.

110. Acerca das excludentes de ilicitude, julgue o item seguinte:

Diferentemente da legítima defesa real recíproca, que é considerada juridicamente incabível por pressupor agressões simultaneamente injustas, a legítima defesa sucessiva é admitida pela doutrina e ocorre quando o agressor inicial passa a repelir o excesso punível praticado por aquele que, a princípio, agia em legítima defesa.

111. Acerca da extinção da punibilidade, julgue o item seguinte:

No sistema penal vigente, as penas restritivas de direitos prescrevem nos mesmos prazos estabelecidos para as penas privativas de liberdade, enquanto as penas de multa sujeitam-se sempre a um prazo prescricional bienal.

112. Acerca dos crimes contra a pessoa, julgue o item seguinte:

Configura crime de perseguição (*stalking*) a conduta de um indivíduo que, inconformado com a atuação política de uma deputada federal, fervorosa defensora dos direitos das mulheres, passa a cercar sua residência e enviar mensagens diárias de conteúdo intimidatório, restringindo-lhe a liberdade de locomoção, sendo a pena majorada por ser o crime praticado contra mulher por razões da condição de sexo feminino.

113. Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue o item seguinte:

O Policial Legislativo que solicita dinheiro para apressar a liberação de uma credencial de acesso à Câmara comete o crime de corrupção passiva, consumando-se o delito no momento da solicitação, independentemente do efetivo recebimento da vantagem ou de o ato de ofício ser de incumbência do referido agente.

114. Acerca do tema crimes contra a fé pública, julgue o item seguinte:

Enquanto a falsidade material se caracteriza pela falta de autenticidade estrutural do documento, seja pela contrafação integral ou pela alteração de um documento verdadeiro, a falsidade ideológica pressupõe um documento formalmente genuíno, cujo vício é estritamente relativo ao conteúdo do documento.

115. Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue o item seguinte:

O servidor da Câmara que, tendo autorização para inserir, excluir ou alterar dados no sistema, altera indevidamente dados corretos no sistema da folha de pagamento do órgão, para impedir o pagamento de um benefício a outro servidor, pratica o crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.

116. Acerca da consumação e da tentativa, julgue o item seguinte:

Diferentemente dos crimes materiais, nos quais a consumação exige a produção do resultado naturalístico, os crimes formais consumam-se com a mera realização da conduta descrita no tipo, sendo a ocorrência do resultado pretendido um mero exaurimento do delito. Em razão dessa antecipação consumativa, a doutrina classifica os crimes formais como unissubsistentes, o que impede o reconhecimento da modalidade tentada.

117. Acerca dos crimes contra o Estado Democrático de Direito, julgue o item seguinte:

Diferentemente da modalidade fundamental do delito de espionagem, que se classifica doutrinariamente como crime comum, por prescindir de qualidade especial do sujeito ativo, na forma qualificada o crime é próprio.

118. Acerca do princípio da insignificância, julgue o item seguinte:

É vedada a aplicação do princípio da insignificância ao crime de dano qualificado ao patrimônio de entes públicos, como a União, estados ou municípios, uma vez que a lesividade transcende a esfera meramente econômica e atinge um bem jurídico de relevante valor social que afeta toda a coletividade.

119. Acerca do concurso de crimes, julgue o item seguinte:

A prática do crime de roubo contra vítimas distintas, ainda que em um único contexto fático, enseja o reconhecimento do concurso formal próprio, e não de crime único, visto que a pluralidade de patrimônios lesados afasta a unidade típica.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Priscila Silveira*

120. Analise a justificativa abaixo.

O direito processual penal tem como finalidade exclusiva a aplicação da pena ao autor do fato típico, ilícito e culpável, não se preocupando com garantias fundamentais do acusado.

121. De acordo com o direito processual penal, a lei processual penal aplica-se imediatamente aos processos em curso, respeitando-se os atos processuais já praticados sob a égide da lei anterior.

122. O inquérito policial é procedimento administrativo, inquisitivo e indispensável para o ajuizamento da ação penal pública.

123. O inquérito policial é marcado pela ausência de contraditório pleno e ampla defesa, salvo quanto às provas irrepetíveis, antecipadas ou cautelares.

124. Analise a afirmativa abaixo.

Na ação penal pública incondicionada, o Ministério Público atua por força do princípio da obrigatoriedade.

125. De acordo com o código de processo penal, no caso de ação penal privada, a renúncia ao direito de queixa em relação a um dos autores do crime aproveita aos demais.

126. Sobre o tema provas analise a afirmativa abaixo.

A busca domiciliar pode ser realizada sem mandado judicial durante o dia, desde que haja consentimento do morador ou situação de flagrante delito.

127. De acordo com o código de processo penal.

O juiz pode fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos no inquérito policial.

128. Julgue o item a seguir sobre o tema provas.

A confissão do acusado, ainda que válida, não dispensa a produção de outras provas no processo penal.

129. A respeito das provas no processo penal, julgue o item que se segue.

No processo penal, o ônus da prova incumbe exclusivamente à defesa, em razão da presunção de inocência

130. A privação da liberdade de qualquer indivíduo, bem como o local em que ele estiver custodiado, deverá ser informada, no prazo máximo de 48 horas, à autoridade judicial competente, ao Ministério Público e aos familiares do detido ou à pessoa por ele indicada, sendo proibida, em qualquer hipótese, a incomunicabilidade do preso.

131. Com base no código de processo penal, a prisão preventiva pode ser decretada como forma de antecipação da pena, desde que o crime seja grave.

132. Em relação a prisões e medidas cautelares, julgue os itens a seguir.

As medidas cautelares alternativas à prisão não são cabíveis nos casos de infrações penais que não prevejam, de forma isolada, cumulativa ou alternativa, a sanção de pena privativa de liberdade.

133. Um indivíduo foi detido em situação de flagrância pela suposta prática do delito de furto simples, cuja sanção prevista varia de um a quatro anos de reclusão.

Nessa hipótese, conforme as disposições do Código de Processo Penal, é lícito à autoridade policial arbitrar fiança ao preso.

134. De acordo com o tema relativo a citações e intimações, julgue o item a seguir.

A citação por edital somente será válida se esgotados todos os meios possíveis para localização do acusado.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Antônio Pequeno

De acordo com a lei nº 12.850/2013, julgue os itens 135 e 136.

135. O juiz pode participar, junto com o Ministério Público, do acordo de colaboração premiada.

136. Para configuração de uma organização criminosa exige o mínimo de 3 agentes.

Um indivíduo, na condução de veículo automotor, matou culposamente uma pessoa. Na análise fática foi constatado que ele não possuía permissão ou habilitação para conduzir veículo automotor. Com base nessa situação hipotética, julgue os itens 137 e 138

137. O indivíduo responderá pelo crime de homicídio culposo, na direção do veículo automotor, mais o crime de dirigir sem permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor, ambos previstos no Código de Trânsito Brasileiro.

138. Se o indivíduo praticasse o crime de homicídio, a título de dolo, na condução do veículo automotor,

responderia com base no Código de Trânsito Brasileiro.

A lei nº 13.869/2019, mas conhecida como a lei de Abuso de Autoridade, é uma lei que impactou no ordenamento jurídico brasileiro. Tendo como referência a lei supracitada, julgue os itens de 139 a 141

139. O crime é de ação penal pública condicionada à representação.

140. A prestação de serviços à comunidade é um efeito da condenação.

141 A perda do cargo, mandato ou função pública é um efeito da condenação.

Com base na lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça julgue o item abaixo:

142. O crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito é um crime de perigo abstrato.

CRIMINOLOGIA

Alexandre Herculano

143. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Criminologia.

A Criminologia, como ciência empírica e interdisciplinar, utiliza o método lógico-dedutivo para analisar seus objetos de estudo — o delito, o delinquente, a vítima e o controle social — buscando, em última análise, a aplicação da norma penal ao caso concreto, o que a caracteriza como uma ciência do "dever-ser".

144. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Criminologia.

De acordo com a Teoria da Associação Diferencial, de Edwin Sutherland, o comportamento criminoso é aprendido por meio da interação com outras pessoas, em um processo de comunicação. Essa teoria explica, principalmente, a criminalidade das classes menos favorecidas, que, por estarem em um estado de desorganização social, aprendem com mais facilidade os valores e as técnicas para a prática de crimes.

145. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Criminologia.

Para a teoria do etiquetamento social, ou *labelling approach*, o crime não é uma qualidade intrínseca da conduta, mas resultado de um processo de definição e seleção. Sob essa ótica, as instâncias formais de controle social, ao aplicarem o rótulo de "criminoso" a determinados indivíduos, acabam por reforçar e perpetuar o comportamento desviante, fenômeno conhecido como desvio secundário.

146. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Criminologia.

Segundo a Teoria da Anomia, desenvolvida por Robert Merton, o crime é um fenômeno social normal e funcional para a coesão social, derivado da discrepância entre as metas culturais socialmente impostas e os meios institucionais disponíveis para alcançá-las. Um dos modos de adaptação a essa tensão anômica é o conformismo, em que o indivíduo nega as metas culturais, mas adere aos meios legítimos.

147. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Criminologia.

A prevenção terciária do delito visa atuar sobre grupos específicos que apresentam maior risco de protagonizar o problema criminal, por meio de medidas como o policiamento ostensivo e a

melhoria da iluminação pública em áreas de alta incidência de crimes, operando a curto e médio prazo para evitar a ocorrência do delito.

148. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Criminologia.

O saber criminológico, no Estado Democrático de Direito, orienta-se pela conduta prevencionista, uma vez que seu objetivo máximo é evitar o delito e não a simples punição.

NOÇÕES DE CRIMINALÍSTICA*Paulo Bilynskyj*

149. De acordo com o Princípio da Observação, também conhecido como Princípio da Troca de Locard, todo contato deixa um rastro, o que fundamenta a premissa de que o criminoso sempre leva algo do local e deixa algo de si na cena do crime.

150. Conforme o Código de Processo Penal, o laudo pericial deve ser elaborado no prazo máximo de 10 dias, sendo vedada a prorrogação desse prazo, ainda que em casos de perícias complexas, em razão do princípio da celeridade processual.

151. A etapa da cadeia de custódia denominada "Fixação" consiste na descrição detalhada do vestígio conforme ele se encontra no local de crime ou no corpo de delito, devendo ser ilustrada por fotografias, filmagens ou croquis.

152. O vestígio é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que possui relação com a infração penal. Quando esse vestígio, após análise, demonstra estar diretamente relacionado ao fato delituoso, ele passa a ser denominado indício.

153. A fase interna da cadeia de custódia compreende o período entre o reconhecimento do vestígio e a sua chegada ao órgão central de perícia, enquanto a fase externa abrange o trâmite do vestígio dentro da instituição de perícia.

154. A grafotecnia é a parte da documentoscopia que tem por objetivo verificar a autenticidade ou a falsidade de suportes documentais, como papel-moeda e passaportes, por meio da análise de fibras e elementos de segurança.

DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO CORRELATA

Géssica Ehle

Sobre a teoria geral dos Direitos Humanos, os Direitos Humanos na Constituição Federal de 1988 e os Sistemas de Proteção, incluindo normas como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, bem como sua legislação correlata, julgue os itens a seguir.

155. Os direitos humanos e os direitos fundamentais são expressões sinônimas, inexoravelmente, pois ambos são relacionados aos direitos mínimos para a vida humana em dignidade, não havendo distinção do material ou sobre aspectos de sua positivação.

156. O princípio da proibição do retrocesso visa proibir que, a pretexto de superar dificuldades econômicas, por exemplo, o Estado revogue ou anule o núcleo essencial dos direitos conquistados pelo povo sem que haja uma contrapartida adequada.

157. Diante das gerações de Direitos Humanos criadas por Karel Vasak, os direitos de primeira geração estão relacionados às liberdades públicas e à limitação do poder do Estado.

158. Por ser considerada uma norma rígida, a Constituição Federal de 1988 estabelece que os direitos e garantias fundamentais previstos em seu texto se sobrepõem a outros decorrentes dos tratados internacionais de que o Brasil seja parte.

159. É correto afirmar que a prevalência dos direitos humanos constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.

160. A exemplo do que ocorreu com o Pacto de São José da Costa Rica, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil antes da EC 45/2004 possuem natureza de norma supralegal.

161. A inconvenção da prisão civil no Brasil refere-se ao reconhecimento de que certas modalidades de prisão por dívida, embora previstas na Constituição Federal de 1988, contrariam tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário (como o Pacto de São José da Costa Rica), podendo-se exemplificar tal fenômeno com a vedação da prisão civil do depositário infiel.

162. O Pacto de São José da Costa Rica prevê a criação da Comissão Jurídica Interamericana e da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

163. Caso determinado indivíduo seja acusado de delito e levado à prisão em Estado no qual não compreenda ou não fale o idioma, o Pacto de São José da Costa Rica assegura ao mesmo o direito de ser assistido por intérprete, cujas despesas serão repassadas ao detento ou a pessoa por ele indicada.

164. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ninguém será submetido à tortura, a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, ou à pena de morte, sendo essa última excepcionada aos tempos de guerra declarada.

165. Dentre os princípios gerais de uso da força em segurança pública estão a precaução, a necessidade e a proporcionalidade.

166. Nos termos dos Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, diante de eventual confronto que resulte em lesões ou morte causadas pelo uso da força e de armas de fogo por agentes da lei, abre-se prazo de 24 (vinte e quatro) horas para que comuniquem tais circunstâncias aos seus superiores.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

Murilo Marques

167. A atividade de inteligência consiste no exercício permanente de ações especializadas destinadas à produção de conhecimentos e à execução de ações, com a finalidade de reduzir incertezas no processo decisório estatal, neutralizar ameaças e identificar oportunidades relevantes aos objetivos do Estado, não se confundindo com a atividade policial ou com a investigação criminal, ainda que possa subsidiar a formulação e a execução de políticas públicas.

168. As contramedidas de vigilância de segurança técnica consistem em ações exclusivamente reativas voltadas à detecção de dispositivos técnicos de vigilância ilícita em ambientes sensíveis, não abrangendo medidas preventivas nem ações de neutralização, as quais são atribuídas apenas à contrainteligência ativa.

169. As funções da atividade de inteligência restringem-se à produção e à difusão de conhecimentos destinados ao assessoramento do processo decisório, não compreendendo a execução de ações especializadas, que constitui atribuição exclusiva de órgãos operacionais externos à inteligência.

170. A atividade de inteligência, na forma adotada pela Doutrina, é exercida por organismos de inteligência, os quais podem ser classificados como serviços de inteligência (finalidade única) ou frações de inteligência (integradas a órgãos com outras finalidades).

171. A delimitação do que pertence ao ramo inteligência ou ao ramo contrainteligência decorre primordialmente do tema/assunto da ameaça, e não da probabilidade de emprego de ações especializadas pelo agente adverso.

172. Técnicas operacionais são métodos e procedimentos especializados empregados na execução de ações sigilosas típicas da atividade de inteligência, e seu emprego deve observar garantias constitucionais e a legislação vigente, sujeitando-se a controle interno e externo.

173. A Metodologia de Produção do Conhecimento de Inteligência (MPC) abarca todo o ciclo de análise e é composta por seis fases: planejamento; reunião; avaliação; integração e interpretação; formalização e validação; difusão e resultados.

174. Na linguagem de inteligência, enunciados que não ultrapassem o grau qualitativo de possibilidade não se consideram satisfatórios para compor o produto a ser difundido, devendo retornar ao processamento para aprimoramento do nível de confirmação.

175. No âmbito da contrainteligência preventiva, a proteção do conhecimento inclui, entre outras ações, a identificação e avaliação de vulnerabilidades nos sistemas de proteção e a apresentação de recomendações para redução de risco de incidentes.

176. Segurança orgânica é a atividade responsável por implementar medidas de segurança, medidas de prevenção e sempre medidas de contraposição.

177. O ciclo do ramo inteligência é composto por cinco fases, caracterizadas por ações: objetivar, acompanhar, informar, decidir e agir.

178. A Política Nacional de Inteligência estabelece diretrizes para a atuação do Sistema Brasileiro de Inteligência, orientando a produção de conhecimentos e a execução de ações de inteligência voltadas à proteção do Estado Democrático de Direito, da soberania nacional e dos interesses estratégicos do País.

179. A Política Nacional de Inteligência tem caráter permanente e imutável, não admitindo revisões periódicas, uma vez que sua estabilidade é condição necessária à previsibilidade das ações de inteligência no âmbito.

180. Segundo o Decreto nº 8.793/2016, a atividade de inteligência deve observar os princípios da legalidade, da finalidade, da proporcionalidade e do controle, sendo vedada qualquer atuação que comprometa direitos e garantias fundamentais,

ainda que haja risco concreto aos interesses nacionais.

Questão 1 (Conhecimentos Específicos)

A evolução do pensamento criminológico permitiu o surgimento de diferentes modelos teóricos para explicar o fenômeno do crime e a conduta dos infratores. Ao longo dos séculos, diversas escolas sistematizaram métodos e fundamentos distintos para a compreensão da justiça e da pena no sistema criminal.

Com base no tema abordado no texto motivador, responda aos seguintes tópicos:

1. Discorra sobre a concepção de criminoso e a natureza do crime estabelecidas pela Escola Clássica.
2. Apresente o método de estudo e o fundamento da pena defendidos pelos expoentes da Escola Positiva.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão 2 (Conhecimentos Específicos)

O Governo Federal detectou movimentações de agentes estrangeiros que visam à obtenção de dados sensíveis relativos à salvaguarda e à segurança da sociedade e do Estado. Diante desse cenário, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), na condição de órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), planejou a execução de ações para impedir o acesso desses agentes ao conhecimento protegido. Simultaneamente, o governo de um estado manifestou formalmente o desejo de integrar a estrutura do sistema para colaborar com a defesa do Estado Democrático de Direito, conforme as diretrizes estabelecidas na Lei nº 9.883/1999 e no Decreto nº 11.693/2023.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda aos seguintes tópicos:

1. Identifique e defina a atividade específica realizada pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) para opor-se às ações dos agentes estrangeiros no caso narrado, indicando, ainda, qual a autoridade que deve receber os subsídios fornecidos pelo Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) em assuntos de interesse nacional.
2. Apresente os instrumentos jurídicos necessários e o requisito de controle prévio para que as Unidades da Federação possam compor o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN).

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Peça Técnica

Dante é Técnico Legislativo da Câmara dos Deputados, lotado no Departamento de Comissões. Enfrentando graves dificuldades financeiras, Dante decide subtrair bens da instituição para quitar dívidas pessoais. Aproveitando-se do fato de que seu crachá funcional lhe permite livre circulação pelo Edifício Principal mesmo fora do horário de expediente, Dante ingressa no estúdio da TV Câmara durante o intervalo de uma gravação noturna.

Embora não tenha qualquer responsabilidade sobre o patrimônio daquele setor, ele se vale da facilidade de acesso que o cargo lhe proporciona para subtrair dois computadores portáteis de alto desempenho, utilizados para edição de vídeo e avaliados em R\$ 15.000,00 cada. Dante oculta os aparelhos em sua mochila e deixa as dependências da Casa sem levantar suspeitas, vendendo-os posteriormente.

Com base na situação hipotética e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, redija um parecer que responda aos seguintes itens:

- a)** Qual o crime praticado por Dante? Justifique.
- b)** Esse delito admite a decretação de prisão temporária? Justifique com base na Lei nº 7.960/1989.
- c)** Quais são os requisitos cumulativos estabelecidos pelo STF (ADIs 3360 e 4109) para a validade da prisão temporária?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>